

Governo trava cortes nos salários dos gestores públicos

Veto. O ministro das Finanças disse não às propostas de CDS, BE e PS. Em causa também o fim de cartões e tecto para comprar carros

EVA CABRAL
e HUGO FILIPE COELHO

Teixeira dos Santos fechou ontem a porta a alterações de fundo na política de remunerações dos gestores públicos. "É necessário serenidade e pragmatismo em matéria de estatuto remuneratório," afirmou o ministro das Finanças na interpeção parlamentar do CDS sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE).

O ministro lembrou que o Executivo de José Sócrates quando chegou ao poder encontrou o SEE totalmente desorganizado nesta matéria e acrescentou que foi "já este Executivo que em 2007 avançou com um novo Estatuto Remuneratório do Gestor Público".

Teixeira dos Santos defendeu ainda que, em matéria de política salarial, é necessário "levar sempre em linha de conta a dimensão da empresa e a sua exposição ao mercado, bem como os objectivos traçados pela tutela".

As palavras, a fechar o debate,

deixaram clara a oposição do Governo aos projectos do CDS e do Bloco de Esquerda e foram um recado para a bancada socialista que está a discutir uma proposta para nivelar os salários dos gestores pelos do primeiro-ministro e acabar com os cartões de crédito nas empresas do Estado.

O projecto de resolução esteve na agenda da Comissão de Finanças de quarta-feira, mas foi adiado uma semana a pedido da direcção da bancada do PS. A decisão foi tomada depois do parecer negativo das Finanças.

No documento, a que o DN teve acesso, o Governo enumera as medidas de contenção da despesa tomadas e conclui, lacónico, que estas "vão de encontro a grande parte das propostas e situações identificadas" na resolução.

Sónia Furtuzinhos, vice-presidente da bancada socialista, explicou ao DN que o projecto está a ser discutido com o Governo. Caso não haja fumo branco, Francisco Assis arrisca uma nova divisão da bancada. Durante o Orçamento, alguns socialistas confrontaram o ministro com a poupança que seria possível pela equiparação das remunerações dos gestores à do Presidente. Quando há 15 dias o projecto das independentes Rosário Carneiro e Teresa Venda foi apresentado, grande parte da bancada voltou a dizer-se a favor.

Embora recomende que o salário do primeiro-ministro seja o tecto máximo para os gestores públicos, ao contrário dos projectos da oposição, a resolução das socialistas admite que essa regra possa ser quebrada, desde que justificada. O projecto prevê grandes poupanças com o fim de cartões de crédito e um tecto de 40 mil euros para comprar carros de serviço.

“
O sector empresarial do Estado não pára de engordar”

PAULO PORTAS
LÍDER DO CDS-PP

ESTUDO

O dobro do ordenado de Barack Obama

A interpeção do CDS teve por base um estudo que levou três meses a realizar e em que se enumeram os rendimentos dos membros das administrações de empresas públicas em 2009 (ver infografia) comparando depois com os vencimentos de políticos. O presidente da TAP recebeu 624 mil euros nesse ano, mais do dobro do do Presidente dos EUA, Barack Obama.

Zeinal Bava
PT 1 505 822,00€

Fernando Pinto
TAP 624 422,21€

Faria de Oliveira
CGD 560 012,80€

Estanislau Costa
CTT 336 662,59€

Guilherme Costa
RTP 254 314€

Joaquim José Reis
PARPÚBLICA 249 896,78€

Carlos Costa
Banco de Portugal 243 221,60€

Amado da Silva
ANACOM 233 857,40€

Pedro C. Serra
Águas de Portugal 205 814€

Almerindo Marques
Estradas de Portugal 196 940€

Os 10 administradores que mais ganharam

O CDS-PP apresentou ontem na Assembleia da República um longo documento em que procura demonstrar, a partir de um estudo e com exemplos práticos, como os salários de gestores das empresas públicas e da PT (que tem administradores indicados pelo Estado) contribuem para, nas palavras de Paulo Portas, "engordar" o Sector Empresarial do Estado "mesmo num tempo em que a economia portuguesa não cessa de se retrair".

O vencimento anual dos políticos

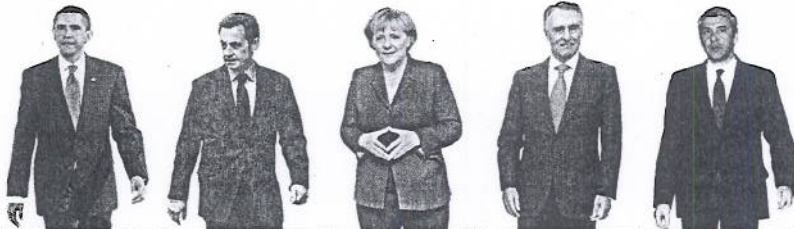
Barack Obama
O Presidente dos EUA recebe
291 290,417€

Nicolas Sarkozy
O Presidente francês recebe
€250 000

Angela Merkel
A chanceler alemã
€220 000

Cavaco Silva
O Presidente da República recebe
€140 000

José Sócrates
O primeiro-ministro recebe
€100 000



FONTE: CDS-PP. Ano de Remunerações 2009

Paulo Portas confrontado com nomeação para a Empordef

DEBATE "Queremos contribuir para estancar o exagero – e, em certos casos, o verdadeiro abuso – que acontece no sistema remuneratório dos gestores públicos", assegurou ontem o líder do CDS-PP. Mas o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, tinha na manga um trunfo para contra-atacar. Paulo Portas, enquanto titular da Defesa, nomeou para a Empordef – a empresa pública de indústrias de Defesa – Miguel Morais Leitão, com 11 500 euros de salário, um valor muito acima do auferido pelo Presiden-

te da República.

O líder do PP contrapôs que o vencimento em causa se justificava pelo facto de este gestor ter optado pelo vencimento de origem, tese desfeita por Teixeira dos Santos, que lembrou que quando Morais Leitão foi substituído a nova gestora manteve o vencimento.

No pacote de propostas apresentado pelo CDS está a "fixação de um limite máximo para o vencimento-base dos gestores públicos que não pode exceder o do Presidente da República", bem como

normas para "impedir a acumulação de cargos remunerados nas empresas públicas e a extinção das cláusulas de indemnização especial para os gestores que sejam dispensados".

O titular das Finanças adiantou que "o endividamento das empresas do SEE aumentou 7% em 2010, tal como tínhamos projectado". Segundo dados avançados, a Refer aumentou o endividamento em 9,1%, a STCP em 7,4%, a Transtejo em 21,5%, a Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja em 27% e a Estradas de Portugal em 32,7%. No entanto, o ministro explicou que os 7% se aplicam ao conjunto de empresas do sector não individualmente. E.C.